

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.283.450 - MS
(2018/0097470-1)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : ABRAÃO ARMOA ZACARIAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTERES. : LUIZ CARLOS CUNHA TEBICHERANE
INTERES. : JOAO ONOFRE CARDOSO ACOSTA
INTERES. : DEMECIO TAKESHI HIGA
INTERES. : DIONISIO CHIMENES FILHO
INTERES. : FERNANDO LOPES DE ARAÚJO
INTERES. : AMARILDO MENDONCA
INTERES. : ALCYR MENDONCA
INTERES. : DENISE AUXILIADORA KALIFE
INTERES. : MILTON SUSSUMO NISHIKAWA
INTERES. : MARILDA YURI NISHIKAWA DE VILLALBA
INTERES. : PAULINA MONTIBELLER DE CARVALHO
INTERES. : EVANDRA DOS SANTOS RODRIGUES
INTERES. : LEANDRO COSTA FILHO
INTERES. : EDGAR QUINTANA DENIZ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO AGRADO REGIMENTAL QUE NÃO ATACAM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INVIABILIDADE DO ART. 1.021, § 1.º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. A decisão monocrática não conheceu do recurso especial defensivo com amparo em três fundamentos distintos: a) ausência de prequestionamento (Súmulas n.ºs 382 e 356/STF); b) existência de fundamento constitucional não impugnado em recurso extraordinário (Súmula n.º 126/STJ); e c) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

2. Nas razões do agrado regimental, o Agravante limitou-se a impugnar o primeiro óbice apontado, de modo que os demais permanecem hígidos e são suficientes para manter a decisão agravada.

3. É inviável o agrado regimental que deixa de atacar todos os fundamentos da decisão agravada, nos termos dos arts. 932, inciso III, e 1.021, § 1.º, ambos do Código de Processo Civil, e da Súmula n.º 182 desta Corte.

4. Agrado regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora